

## **CULTURA E TERRITORIALIDADES URBANAS - UMA ABORDAGEM DA PEQUENA CIDADE**

Joseli Maria Silva\*

### **INTRODUÇÃO**

As relações sociais que produzem o espaço urbano não resultam apenas em formas materiais e funcionais que sustentam o processo de produção capitalista. Elas também são marcadas pelos códigos e símbolos que se constroem na vida cotidiana e que estabelecem um sentido particular no processo de produção da cidade.

Um olhar geográfico sobre a cidade deve contemplar o acionamento destes códigos, associados a contextos e domínios específicos, a universos simbólicos distintos, nos quais os indivíduos estão sendo permanentemente reconstruídos a partir das relações que mantêm. A cidade é construída por homens que não se esgotam numa dimensão biológica e ou funcional, mas compõem, através de sua existência em sociedade, o processo de construção social da realidade.

O perfil urbano de pequenas e médias cidades é ainda pouco explorado pelos geógrafos brasileiros. A maior parte da produção científica relativa ao urbano é característica da realidade social metropolitana. Nesse sentido, este ensaio discute a maneira como a cultura se expressa em territorialidades nas pequenas cidades. Este tema, além da necessidade de produção teórica que respalde os estudos científicos das cidades não metropolitanas, surge da experiência pessoal da autora, tendo em vista o universo cultural em que viveu e trabalhou, já que interpretar a cultura pressupõe mergulhar nos códigos e símbolos que a constituem.

---

\* Doutoranda em Geografia na UFRJ. Professora do DEGEO da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: joivan@interponta.com.br .

Para atingir o propósito da discussão em torno do tema, cultura e territorialidades urbanas, optou-se por estruturar este ensaio em duas partes. Primeiramente, foram identificados e qualificados os termos básicos que compõem o centro da discussão, com o objetivo de estabelecer um exercício teórico neste universo temático. Na segunda parte, construiu-se uma abordagem do tema relacionando-o aos códigos simbólicos da pequena cidade, através de um de seus elementos marcantes, a personalidade.

### **1. Cultura e territorialidades urbanas: uma abordagem recente na geografia brasileira.**

A abordagem do "território", sob o aspecto de sua apropriação cultural, tem sido um objeto pouco explorado na geografia urbana. A produção acadêmica da geografia urbana brasileira, segundo a análise de Maurício de Almeida Abreu<sup>1</sup>, demonstra que essa não foi uma das preocupações dos geógrafos brasileiros até o início dos anos 90. Atualmente, diante do processo de uniformização técnica, expansão dos meios de comunicação, estandarização das paisagens urbanas e do modo de vida ocidental, aprofunda-se em diversas ciências sociais a preocupação de apreender a diversidade num mundo aparentemente homogêneo e articulado. Neste sentido, destacam-se os temas relacionados com a existência humana, a experiência, sentimentos de identidade, como os indivíduos e grupos constroem a sua singularidade mesmo dentro de um crescente processo de difusão da cultura de massa.

As interpretações culturais da geografia, em sua maioria, estiveram, durante muito tempo, vinculadas aos gêneros de vida e às paisagens, dando ênfase às técnicas que os homens utilizavam para dominar o meio, concebendo as paisagens como produto desta relação. Assim, a geografia cultural ficou atrelada àquilo que era "legível" na superfície da terra, ou à materialidade da paisagem, como declara Sauer: "o homem, por si mesmo, é objeto indireto da investigação geográfica, confere expressão física à área com suas moradias, seu lugar de trabalho, mercados, campos e vias de comunicação. A geografia cultural se

---

<sup>1</sup> ABREU, Maurício de Almeida. Estudos geográficos da cidade no Brasil: evolução e avaliação (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1/4, jan. / dez. 1994.

interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica"<sup>2</sup>.

Esta postura da geografia cultural em dar ênfase aos elementos materiais da paisagem privilegiava os objetos de estudo que apresentavam maior visibilidade, ou seja, onde a diferença está nítida, palpável, relegando a um segundo plano outras dimensões sociais e psicológicas da existência humana que, por sua vez, também determinam a materialidade. Ora, nessa abordagem, se as paisagens tornaram-se cada vez mais uniformes e as sociedades fechadas e homogêneas internamente, cada vez mais raras no mundo contemporâneo, restringe-se o campo de estudo da geografia e esta perde a oportunidade de explorar justamente a sociedade atual e complexa de que fazemos parte.

Outras ciências sociais, como a antropologia, a sociologia e a história, avançaram mais cedo que a geografia na reformulação de suas idéias a respeito da cultura. Uma importante crítica sobre as conceituações limitadas de cultura foi elaborada por Clifford Geertz, que destacou as mais usuais:

- 1) 'o modo de vida global de um povo';
- 2) 'o legado social que um indivíduo adquire de um grupo';
- 3) 'uma forma de pensar, sentir e acreditar';
- 4) 'uma abstração do comportamento';
- 5) 'uma teoria, elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual um grupo de pessoas se comporta realmente';
- 6) 'um celeiro de aprendizagem em comum';
- 7) 'um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes';
- 8) 'comportamento aprendido';
- 9) 'um mecanismo para regulamentação normativa do comportamento';
- 10) 'um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens';
- 11) 'um precipitado da história' <sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> SAUER, Carl O.. **Geografia cultural. Espaço e cultura**. Rio de Janeiro, n. 3, dez. 1996, p. 4.

<sup>3</sup> GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.14.

Seu argumento era de que o homem está amarrado em teias de significados que ele próprio criou, sendo essas teias a própria cultura. Neste sentido, critica a busca de leis gerais e procura desenvolver dentro da antropologia uma ciência interpretativa, procurando significados, mais do que explicações uniformizantes. Para ele "a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível..."<sup>4</sup>

Para sustentar sua crítica a respeito da visão estratigráfica da existência humana, Geertz propõe um sistema unitário de análise desta existência através de duas idéias principais. Pela primeira, argumenta que a cultura não deve ser apenas vista como complexo de padrões de comportamento, mas como um conjunto de mecanismos de controle, como regras, planos, instruções para que se possa "governar o comportamento". Na segunda, ele argumenta que o homem é um animal dependente de tais mecanismos de controle "extragenéticos", para ordenar seu comportamento. Sua perspectiva de cultura pressupõe que o pensamento humano não é apenas fruto de sua mente, mas faz um movimento com outros símbolos significantes. Comenta que

Do ponto de vista de qualquer indivíduo, tais símbolos são dados, na sua maioria. Ele os encontra já em uso corrente na comunidade quando nasce e eles permanecem em circulação após a sua morte, com alguns acréscimos, subtrações e alterações parciais dos quais pode ou não participar. Enquanto vive, ele se utiliza deles, ou de alguns deles, às vezes deliberadamente com cuidado, na maioria da vezes espontaneamente e com facilidade, mas sempre com o mesmo propósito: para fazer uma construção dos conhecimentos através dos quais ele vive, para auto-orientar-se no 'curso corrente das coisas experimentadas.'<sup>5</sup>

Existe, para este autor, a necessidade de sistemas organizados de símbolos significantes para que ocorra a governabilidade do comportamento humano e, desta forma, a cultura como uma totalidade de padrões culturais, ou seja, de sistemas de símbolos significantes, "não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela - a principal base de sua especificidade"<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Ibid., p. 24.

<sup>5</sup> Ibid., p. 57.

<sup>6</sup> Ibid., p. 58.

No mesmo sentido, Cornélius Castoriadis, em *A instituição da sociedade e da religião*, publicado em 1985, defende a idéia de que a espécie humana só sobrevive criando a sociedade e as instituições e é este fato que "permite à psique sobreviver impondo-lhe a forma social do indivíduo, propondo-lhe e impondo-lhe uma outra fonte e uma outra modalidade do sentido: a significação imaginária social, a identificação mediatizada a esta (às suas articulações), a possibilidade de tudo trazer a si"<sup>7</sup>.

A essência do homem para Castoriadis é a capacidade de criação e, assim, os padrões culturais são recriados constantemente num ciclo eterno. Define a criação como sendo

a capacidade de fazer surgir o que não estava dado. E imediatamente somos obrigados a pensar que é esta capacidade de corresponde o sentido profundo dos termos imaginação e imaginário. Quando nós abandonamos os usos superficiais deste termo, a imaginação não é apenas a capacidade de combinar elementos já dados para produzir um outro. A imaginação é a capacidade de colocar uma nova forma. De um certo modo, ela utiliza os elementos que aí estavam, mas a forma, enquanto tal, é nova.<sup>8</sup>

Este ciclo infundável de auto-criação está na relação entre a sociedade instituída - conjunto de significações imaginárias sociais que confere sentido à existência humana - e o homem que é a própria sociedade, pois os indivíduos criados por ela fizeram-na existir, e por sua vez determinarão o próximo ciclo.

A auto-criação da sociedade é também tema de discussão de Berger e Luckmann, discípulos de A. Schutz, que argumentam que "a auto-produção do homem é sempre e necessariamente um empreendimento social. Os homens em conjunto produzem o ambiente humano, com a totalidade de suas formações sócio-culturais e psicológicas"<sup>9</sup>. Sendo assim, a ordem social é uma produção humana contínua que foi criada para que o homem forneça para si mesmo um

---

<sup>7</sup> CASTORIADIS, Cornélius. A instituição da sociedade e da religião. In: CASTORIADIS, Cornélius (org.). **Os destinos do totalitarismo & outros escritos**. Porto Alegre: L & PM, 1985, p. 101.

<sup>8</sup> CASTORIADIS, Cornélius. A criação histórica e a instituição da sociedade. In: CASTORIADIS, Cornélius et all. (org.). **A criação histórica**. Porto Alegre: Artes Ofícios, 1992, p. 89.

<sup>9</sup> BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985, p.75.

ambiente adequado para sua conduta. As instituições desempenham papel fundamental para este controle, pois

têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida. As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis.<sup>10</sup>

A vida em sociedade é resultado de um processo cultural que se concretiza pelas relações sociais que instituem símbolos que expressam uma determinada visão de mundo comum, manifestando-se em várias formas de comunicação como a linguagem, comportamentos, artefatos materiais, etc. Os símbolos instituídos têm capacidade de influenciar e controlar o comportamento humano, dependendo da sua capacidade de transmitir e reforçar um sistema ideológico já dado. A sociedade então pode ser considerada um agregado de relações sociais, e a cultura é seu conteúdo, enfatizando os recursos acumulados que as pessoas adquirem como herança, na medida em que os utilizam, transformam, acrescentam e transmitem.<sup>11</sup>

A cultura não é algo externo, ou uma estrutura que paira sobre todos, mas compõe homens em sociedade. Esta noção de cultura esteve ausente durante muito tempo nos estudos dos geógrafos que poucas vezes questionaram com profundidade a condição existencial dos homens, preocupando-se muito mais com a comparação das diferentes paisagens da terra. Contudo, a rápida modernização da sociedade, a divisão do trabalho e a crescente uniformização das técnicas têm lançado questionamentos aos geógrafos que agora têm como grande desafio a análise das sociedades complexas.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> Ibid., p.79-80.

<sup>11</sup> Cf. VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

<sup>12</sup> Gilberto Velho, em *Unidade e fragmentação em sociedades complexas*, publicado na coletânea VELHO, Gilberto; VELHO Otávio (org). **Dois conferências**. Rio de Janeiro: Câmara de estudos avançados/FCC/UF RJ, 1992, caracteriza as sociedades complexas como constituídas de uma coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo, havendo momentos em que grupos se unem numa ação coletiva sustentada por crenças e valores compartilhados, mesmo existindo distintas categorias sociais.

Alguns geógrafos têm se destacado neste desafio do estudo das sociedades urbanas industriais. Claval utiliza-se da análise dos "papéis sociais"<sup>13</sup> como meio de abordagem das sociedades urbanizadas, tentando ultrapassar a abordagem cultural através dos gêneros de vida, argumentando que "a maneira como os papéis se articulam contribui para moldar a personalidade de base dos indivíduos; sua interiorização se explica pela mecânica dos status. (...) A cultura não aparece mais como uma realidade monolítica; cada um recebe uma cópia diferente, que modifica no decorrer de sua existência"<sup>14</sup>. Sua compreensão de cultura também está relacionada com o processo contínuo da criação, em que os papéis sociais são aprendidos ao longo da vida e modificados através da experiência, admitindo que a cultura é um sistema aberto e mutável, a "soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte"<sup>15</sup>.

A simplificação e superficialidade com que foi tratada a cultura na geografia tem sido contestada por Peter Jackson que argumenta que cultura é socialmente produzida, uma ideologia controlada pelas classes mais poderosas e constantemente contestada pelas classes subordinadas<sup>16</sup>. Sua transformação ocorre justamente quando ela é experimentada, contestada e novamente constituída, numa relação eterna de negociação entre dominadores e subordinados.

A idéia de criação contínua e de contestação da cultura produzida pelos poderosos também é desenvolvida por James e Nancy Duncan. Eles concebem a cultura como sendo "um sistema de significações, através do qual um sistema social é comunicado, reproduzido, experienciado e

---

<sup>13</sup> Os papéis sociais são desempenhados através de tipificações de conduta já socialmente aceitas e objetivadas. "As instituições incorporam-se à experiência do indivíduo por meio dos papéis. Estes, lingüisticamente objetivados, são um ingrediente essencial do mundo objetivamente acessível de qualquer sociedade. Ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social. Ao interiorizar estes papéis, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele."

<sup>14</sup> CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999, p.51.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 63.

<sup>16</sup> Cf. JACKSON, Peter. The idea of culture: a response to Don Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**, London, v. 21, n. 3, 1996

explorado"<sup>17</sup>. Este sistema de significações está entrelaçado, é intrínseco aos sistemas econômicos e políticos e não pode ser tratado de forma segmentada.

Da mesma forma, Denis Cosgrove argumenta que a cultura "não é algo que funciona através dos seres humanos; pelo contrário, tem que ser constantemente reproduzida por eles em suas ações, muitas das quais são ações não-reflexivas, rotineiras da vida cotidiana (...) a cultura é, ao mesmo tempo, determinada por e determinante da consciência e das práticas humanas"<sup>18</sup>. As práticas desenvolvidas pelos indivíduos, ou grupo de indivíduos, está intimamente relacionada com o exercício do poder, no qual um grupo impõe aos demais seu modo de vida e através deste domínio reproduz a cultura e garante sua perpetuação. O espaço "é evocado para articular e reforçar a aceitação e participação no código cultural da classe dominante"<sup>19</sup>.

A cultura, para estes geógrafos, representa um sistema de significações que dão sentido ao mundo, destacando a importância de interpretar os símbolos que garantem os modos de vida e a relação entre os indivíduos ou grupos de indivíduos com seu ambiente. Reforçam a necessidade de consideração das relações de classe, demonstrando que suas lutas determinam a cultura e a existência material da sociedade, imprimindo um caráter imprevisível no processo de transformação. Contudo, estes autores têm demonstrado alguns limites em suas categorias explicativas ao tentar utilizar-se da classificação da sociedade em classes dominantes e subordinadas. Esses autores constroem sua análise a partir de um dualismo teórico que responde com facilidade a todos os campos da vida social e cultural, mas que suprime sua complexidade, tomando a organização econômica da sociedade como critério determinante para a classificação das produções culturais. Roger Chartier criticando, no campo da história cultural, a divisão entre cultura de elite e cultura popular argumenta que, em primeiro lugar, não se pode pensar em cultura de elite ou popular como coisas homogêneas e

---

<sup>17</sup> DUNCAN, James; DUNCAN, Nancy. Reconceptualizing the idea of culture in geography: a reply to Don Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**, London, v. 21, n. 3, 1996, p.577.

<sup>18</sup> COSGROVE, Denis E.. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998, p.101-102.

<sup>19</sup> COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. **Espaço e cultura**. Rio de Janeiro, n. 5, dez. 1998, p.27



antagônicas. Elas se comunicam de diversas formas e partilham processos de produção e consumo. Finalmente argumenta que:

é preciso pensar e como todas as relações, incluindo as que designamos por relações econômicas ou sociais, se organizam de acordo com lógicas que põem em jogo, em acto, os esquemas de percepção e de apreciação dos diferentes sujeitos sociais, logo as representações constitutivas daquilo que poderá ser denominado de uma "cultura", seja esta comum ao conjunto de uma sociedade ou própria de um determinado grupo.<sup>20</sup>

A dimensão subjetiva da relação entre os homens e o espaço tem sido explorada pela corrente humanística da geografia através da categoria "lugar". Os geógrafos que fazem parte desta corrente preocupam-se em interpretar os códigos e significados dos lugares, desvendando as idéias e as ideologias dos indivíduos, pois estes vivem o lugar através de suas culturas que, por sua vez, influenciam suas experiências e ações. Neste sentido, o lugar lhe aparece como um "mundo de significado organizado"<sup>21</sup> e serve como reafirmação de sua identidade.

Tem sido difícil construir uma relação entre cultura e território, porque o arsenal metodológico desenvolvido pela ciência geográfica ainda é restrito e experimental para abordar com maior precisão tais problemas. A tradição de descrição e de objetividade da geografia dificultam ao profissional lidar com a relatividade das questões que se colocam quando se defronta com a diversidade cultural. Primeiro, porque o conhecimento de uma cultura exige que o pesquisador se envolva nos códigos que determinam as relações culturais e, em segundo lugar, porque é necessário aceitar a experiência de vida expressa no discurso dos indivíduos evitando enquadrá-la a partir da realidade objetiva do pesquisador, o qual deve admitir as diferentes realidades que correspondem a diferentes apreensões individuais ou grupais de seu mundo. Por mais que se mergulhe nos diferentes universos culturais, Geertz afirma que sempre se está interpretando as diferentes culturas de segunda ou terceira mão, porque "somente um 'nativo' faz a interpretação

---

<sup>20</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1988, p.66.

<sup>21</sup> Y-FU-TUAN. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983, p.198.

de primeira mão: é a sua cultura"<sup>22</sup>. Neste sentido, a análise das categorias geográficas que dependem de padrões culturais poderia ser refinada, através de um diálogo contínuo com as ciências sociais, que lidam há mais tempo com estas questões como a antropologia, a sociologia do conhecimento e a história.

Entre estas categorias, o território esteve muito vinculado ao controle do "poder estatal" e à constituição do espaço do Estado-nação. É claro que esta visão de território é também uma criação cultural, mas estabeleceu uma certa rigidez de suas fronteiras e uma fixidez temporal do controle do espaço físico. Muitos autores têm contestado esta simplificação, dando ênfase ao caráter político não-estatal na construção do território. Marcelo Lopes de Souza designa o território como

Um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os **insiders**) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os **outsiders**).<sup>23</sup>

Este autor argumenta que os territórios são dinâmicos, podem construir-se ou destruir-se em qualquer escala espacial e/ou temporal. A idéia de controle e poder sobre o território é desenvolvida por Sack (1986), que define a territorialidade como sendo a tentativa de um indivíduo ou um grupo de indivíduos que através de suas ações controlam, influenciam pessoas, fenômenos e relações, sendo o espaço, portanto, um mediador da correlação de forças entre eles.

Em sua análise, Claude Raffestin considera que a "territorialidade aparece então como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade"<sup>24</sup>, incluindo elementos de identidade, exclusividade e de limite:

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se

---

<sup>22</sup> GEERTZ, op. cit., p. 25.

<sup>23</sup> SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias et al. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 86.

<sup>24</sup> RAFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993, p.161.

dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis.<sup>25</sup>

O caráter identitário na compreensão do território é desenvolvido por Marcel Roncayolo, que considera que a territorialidade tem um sentido essencialmente coletivo, dependendo das relações entre os indivíduos ou grupos que expressam um estatuto, uma expectativa, definindo-se em função do "outro" grupo ou indivíduos<sup>26</sup>.

Para Rogério Haesbaert<sup>27</sup>, o território tem uma dupla face: é um espaço dominado ou apropriado com um sentido político, mas também apropriado simbolicamente, onde as relações sociais produzem ou fortalecem uma identidade utilizando-se do espaço como referência. Neste sentido, a dupla dimensão do território, cultural e político-disciplinar pode estar conjugada, reforçada ou ainda contradita, devendo ser analisada de acordo com as formas e a intensidade com que se apresenta a relação entre a dimensão material (político-econômica) e a dimensão imaterial (simbólico-cultural).

Alguns autores têm priorizado a dimensão simbólico-cultural na construção do território, considerando-o como uma identificação que determinados grupos desenvolvem com seus "espaços vividos", como demonstra Felix Guatari<sup>28</sup>. Para ele,

Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema

---

<sup>25</sup> Ibid. p. 153.

<sup>26</sup> Cf. RONCAYOLO, Marcel. Território. In: **Enciclopédia Einaldi: região**. Porto: Imprensa nacional- Casa da Moeda, v.8., 1986.

<sup>27</sup> HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (org). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, Rogério. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração "gaúcha" no Brasil. **Território**, Rio de Janeiro, ano III, n. 4, jan. / jun. 1998.

<sup>28</sup> GUATARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço & debates**, São Paulo, ano V, n. 16, 1985.

percebido no seio do qual um sujeito se sente 'em casa'. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos.<sup>29</sup>

Este autor faz uma distinção entre as categorias espaço e território pensando em sua aplicabilidade nos processos de intervenção do Estado a partir da racionalidade moderna. Argumenta que os equipamentos implantados desde a racionalidade estética dos urbanistas e das instituições estatais têm destruído os territórios, tornando-os apenas espaço. Neste sentido, afirma que

Os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e o espaço estando ligado mais às relações funcionais de toda espécie. O espaço funciona como uma referência extrínseca em relação aos objetos que ele contém. Ao passo que o território funciona em uma relação intrínseca com a subjetividade que o delimita.<sup>30</sup>

Com base na fenomenologia, Werther Holzer<sup>31</sup> constrói outras perspectivas na definição de território, apresentando os limites do conceito construído por Robert Sack<sup>32</sup>. O primeiro limite é o de que a noção de poder desenvolvida por Sack exclui a possibilidade de grupos com outras estruturas de organização, como por exemplo os nômades possuem territorialidade e o segundo é o de que a territorialidade enquanto processo social não remete diretamente a uma área geográfica onde se desenvolve tal processo. Holzer demonstra que existem possibilidades de constituição de territórios fora de uma ordem planejada por quem detém poder político ou econômico. Argumenta que o território pode ser visto como um conjunto de lugares, onde se desenvolvem laços afetivos e de identidade cultural de um determinado grupo social, que o território não precisa ser necessariamente fechado a partir de uma delimitação rígida de fronteiras. Neste sentido, "a concepção de território

---

<sup>29</sup> GUATARI Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica...**, p. 323.

<sup>30</sup> GUATARI, Félix. Espaço e poder..., p.110.

<sup>31</sup> HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, Rio de Janeiro, ano II, n. 3, jul. / dez. 1997.

<sup>32</sup> Cf. SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

tem como base o 'lugar', este sim um conceito essencial para a formulação de um 'mundo' pessoal ou intersubjetivo"<sup>33</sup>. Propõe que "a territorialidade é melhor compreendida através das relações sociais e culturais que o grupo mantém com esta trama de lugares e itinerários que constituem o seu território"<sup>34</sup>.

Com estas argumentações, Holzer abre um campo vasto de possibilidades de estudos geográficos das sociedades complexas. Entendendo que a "territorialidade é a expressão dos comportamentos vividos, ou se preferirmos, da constituição dos mundos pessoal e intersubjetivo, englobando a relação do território com o desconhecido - espaço estrangeiro"<sup>35</sup>, o autor possibilita o traçado da diversidade das identidades culturais nas cidades.

Neste sentido, poderemos compreender como os grupos sociais ordenam e sistematizam o seu mundo, qual é a ideologia que identifica o grupo, quais são os princípios que organizam seu universo simbólico e o tipo de poder que influencia suas ações e que marcam suas opções e comportamentos em relação ao espaço e a constituição dos territórios urbanos.

As bases da constituição das relações de poder que delimitam um espaço e definem um território devem ser também interpretadas, lembrando, como Marcelo Lopes de Souza<sup>36</sup>, que o poder deve ser legitimado. Assim, deve-se também analisar o tipo de autoridade que domina os homens e de que maneira o poder é legitimado pelos grupos subordinados. Para que a legitimidade ocorra, ela deve ser garantida ou sustentada, sendo necessário "acreditar" na legitimidade, ou ter vontade de obedecer, ou ter uma justificativa interna para querer obedecer. A natureza dos motivos que levam um grupo a obedecer a autoridade de outro determina o tipo de dominação desenvolvida, podendo ser de ordem pessoal ou impessoal, através de aparatos formais ou informais. Para a manutenção do poder "o domínio organizado, que demanda a administração contínua, exige que a conduta humana seja condicionada à obediência para com os senhores que pretendem ser os portadores do poder legítimo"<sup>37</sup>.

---

<sup>33</sup> HOLZER, op.cit., p. 83.

<sup>34</sup> Ibid., p. 83-84.

<sup>35</sup> Ibid., p. 84.

<sup>36</sup> SOUZA, op. cit.

<sup>37</sup> Cf. WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982, p.100.

A legitimidade do poder só é obtida ou mantida se os seus aspectos simbólicos estiverem permanentemente difundidos na vida social, nos valores culturais dos indivíduos que se propõem à obediência através do poder simbólico<sup>38</sup>. Este poder se constitui na relação entre aqueles que o exercem e aqueles que lhe estão sujeitos, fundado na própria estrutura de relações sociais em que se reproduz a crença.

Na sociedade urbana industrial, os indivíduos e grupo de indivíduos estabelecem relações multidirecionais das mais variadas formas. Assim, por mais que os valores desta sociedade pareçam homogêneos e a paisagem urbana repetitiva, pode-se desvendar quais são as representações dos grupos, como se situam no mundo, como classificam a sociedade e se estabelecem relações e se apropriam de determinados espaços da cidade. A cidade, portanto, pode ser vista como um mosaico de territórios estabelecidos de maneira simultânea e sobreposta, como uma teia de relações entre os grupos e indivíduos. O território destas relações será diferente em função do aspecto social a partir do qual tal território é constituído.

Alguns trabalhos geográficos recentes que abordam as territorialidades urbanas merecem ser destacados. Mônica Sampaio Machado analisa a dimensão territorial da religião, demonstrando a organização e as estratégias territoriais das igrejas pentecostais em Niterói - Rio de Janeiro<sup>39</sup>. A autora demonstra a capacidade de difusão espacial desta crença e sua materialização, associada às suas redes territoriais, marcadas pela descentralização de decisões e pela informalidade e transitoriedade de sua territorialidade, conquistando espaços anteriormente apropriados pela igreja católica que apresenta uma territorialidade formal e perene. Os estudos de Marcelo Lopes de Souza (1996) demonstram a territorialidade do tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro, apresentando-as dominadas pelo tráfico como territórios

---

<sup>38</sup> Bourdieu define o poder simbólico como sendo o "poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário." BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p.14.

<sup>39</sup> SOUZA, Marcelo Lopes de. As drogas e a 'questão urbana' no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos: In: CASTRO, Iná Elias de et al. (org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

fechados e o estabelecimento de um poder paralelo ao do Estado<sup>40</sup>. A análise de Miguel Angelo Campos Ribeiro e Rogério Botelho de Mattos sobre o território da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro apresenta o caráter cíclico, fluido e instável de sua constituição, demonstrando as regras estabelecidas pelos grupos (prostitutas, michês e travestis) para a convivência em tal espaço<sup>41</sup>.

Esses trabalhos apresentam uma inovação na geografia e abrem perspectivas de aprofundamento. No caso da conquista de território pela igreja pentecostal, existe uma relação entre o discurso e a prática dos fiéis que não é acidental na configuração, manutenção e expansão do território. Com relação à territorialização do tráfico de drogas em algumas favelas do Rio de Janeiro, as estratégias e a legitimação do poder do tráfico e a subordinação daquelas coletividades são fruto de uma relação de identidade, perspectiva e visão de mundo que constituem a possibilidade de tal poder se estruturar em algumas áreas e não em outras. Quanto ao território da prostituição na área central do Rio de Janeiro, abre-se a perspectiva para a percepção de identidades grupais distintas (prostitutas, michês e travestis) dentro de um mesmo território - o da prostituição. Cada um dos grupos analisados apresentam uma auto-representação diversa, estratégias de proteção e sobrevivência que também influenciam na manutenção, limitação e expansão do território. Somados a estes aspectos, ainda existem aqueles que dizem respeito aos significados culturais que permitem, estimulam ou limitam a aceitação deste território pela sociedade ambiente.

A cidade apresenta-se com uma sobreposição, articulação, justaposição de territórios. Os grupos que fazem parte de uma territorialidade resistem, estabelecem pactos e influenciam a formação de outros territórios. A estrutura que eles revelam, as relações que se estabelecem entre eles são dinâmicas numa sociedade complexa. Os mesmos grupos que estruturam as relações para a constituição do território do tráfico podem ser aqueles que estruturam a territorialidade pentecostal e o da prostituição, por exemplo. Esta é a complexidade dos

---

<sup>40</sup> SOUZA, Marcelo Lopes de. As drogas e a 'questão urbana' no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos: In: CASTRO, Iná Elias de et al. (org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

<sup>41</sup> RIBEIRO, Miguel Angelo Campos; MATTOS, Rogério Botelho de. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. **Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jul./dez. 1996.

territórios da cidade que a geografia tem que enfrentar para a abordagem da cultura e das territorialidades urbanas. Um caminho que mal começou a ser percorrido na geografia urbana brasileira e que tem um vasto campo a ser explorado diante da crescente complexificação social.

## **2. A personalidade como elemento fundamental da cultura e das territorialidades urbanas na pequena cidade.**

É na vida cotidiana que se desenvolvem condutas subjetivamente dotadas de sentido a partir das significações que se constroem no senso comum e que se institui a complexificação da realidade social. Não são os fatos históricos excepcionais e pontuais que determinam a instituição de valores culturais. Peter Berger e Thomas Luckmann consideram que "a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente"<sup>42</sup>. É na vivência diária que os homens são lançados em múltiplas realidades que aparecem como normais, evidentes e, diante delas, têm atitudes "naturais" e ordenadas. É também na vivência do "aqui" e "agora" que os homens constroem o mundo e se interessam por ele, porque é este mundo que lhes está ao alcance imediato. É no cotidiano que a criação humana se perpetua, pois é "na vida cotidiana que se situa o núcleo racional, o centro real da práxis"<sup>43</sup>.

Contudo, esta cotidianidade está tão próxima dos homens que é ocultada, parecendo distante, desprezível e invisível aos sistemas acadêmicos mais elaborados. Lefebvre, ao demonstrar a dificuldade do trato científico da vida cotidiana, argumenta que "todos la conocemos (y sólo a ella conocemos) y cada uno de nosotros la ignora. La historia de las ideas nos muestra que hombres y pueblos, épocas y civilizaciones, no alcanzan sino en última instancia lo que eran en sus inicios. Para expresar claramente lo que son, necesitan verlo fuera de ellos, comparándolo a otras formas de vida"<sup>44</sup>. Este autor critica a tendência da filosofia em se deter em sistemas de pensamento absolutamente originais e inovadores, deixando de lado as estruturas que sustentam o mundo social, o cotidiano e o senso comum. Ele argumenta que "a filosofia tenta decifrar o enigma do real e logo em seguida diagnostica sua própria falta de realidade [...] e

---

<sup>42</sup> BERGER; LUCKMANN, op. cit., p. 35.

<sup>43</sup> LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991, p. 38.

<sup>44</sup> LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1971, p. 85.



quando o filósofo se considera razão completa, enquanto filósofo, entra numa vida imaginária"<sup>45</sup>.

A vida cotidiana é estruturada espacial e temporalmente de modo diferente em cada sociedade. A temporalidade da vida cotidiana nas pequenas cidades é marcada pela regularidade dos fatos (safras, festas religiosas, etc.), que é regida pela natureza e pelas tradições, com pouca interferência externa, dando uma impressão de estagnação. É comum a expressão "a cidade não vai para frente", para definir o caráter cíclico dos acontecimentos. Ao contrário, nas grandes cidades, tudo parece se modificar com maior rapidez, levando a impressão de progresso, dada a articulação que mantêm com outros espaços e a grande ordem de interferência de fatores externos por que seus habitantes são sempre surpreendidos e têm que promover novas adaptações<sup>46</sup>.

Os cientistas sociais, especialmente os geógrafos, privilegiam o estudo das cidades de grandes dimensões pois sua forma espacial apresenta-se mais complexa do que a das pequenas cidades. A aparente uniformidade e regularidade das pequenas e médias cidades desestimularam os geógrafos que se preocupam com a materialidade do espaço e a problematização sobre espaços que parecem se caracterizar pela falta de dinamismo. As pequenas cidades foram esquecidas como integrantes da totalidade da sociedade moderna, sempre vistas em oposição às grandes cidades, ou como uma repetição atrasada destas. Se as grandes cidades eram complexas, símbolo de modernidade, atraentes e representavam o futuro, as pequenas cidades eram simples, símbolo do atraso, abandonadas e fadadas a ficarem no passado; entretanto, mesmo assim, estas apresentam relações sociais a partir de códigos particulares e constituem territórios específicos, cuja lógica só pode ser entendida no desenrolar de sua vida cotidiana, mergulhando-se no universo cultural que lhes dá sentido.

As relações sociais na cidade pequena são marcadas pela personalidade que geralmente exerce um controle muito eficaz sobre os membros de sua coletividade. Clifford Geertz, que trata a cultura sob a perspectiva de um 'mecanismo de controle', argumenta que ela "inicia-se com o pressuposto de que o pensamento humano é basicamente tanto social como público - que seu ambiente natural é o pátio familiar, o

---

<sup>45</sup> LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana...**, p. 18.

<sup>46</sup> Cf. PRADO, Rosane Manhães. Cidade pequena: paraíso e inferno da personalidade. **Cadernos de antropologia e imagem**, Rio de Janeiro, n. 1, 1995.

mercado e a praça da cidade"<sup>47</sup>. Neste sentido, este autor explicita que é necessário atentar-se para o "comportamento" das pessoas, para as "micropolíticas" de que falam Félix Guatari e Sueli Rolnik, porque é através da ação social que as formas culturais encontram articulação e, assim, desempenham seu papel no padrão de vida instaurado.

Além do ambiente da casa que tem como referência a família, o ambiente fora de casa é altamente controlado, em primeiro lugar pela "vizinhança", e só então o espaço fora da vizinhança ganha importância. O espaço limite dos "vizinhos" serve de encontros e lazer, como os bares, lanchonetes, salões de baile, salões paroquiais, ou campos de futebol de várzea. A forma de comportamento das pessoas está sujeita a uma determinada forma de controle, porque nas pequenas cidades "todo mundo conhece todo mundo e se mete na vida de todo mundo". Os espaços demarcados desta maneira são utilizados como referência para distinguir seus usuários como pertencentes a uma rede de relações e, para pertencer a esta rede, é preciso que se cumpram determinadas regras de convivência.

A necessidade de convivência da pequena cidade pode ser definida nos mesmos termos de que fala Pierre Mayol ao estudar um bairro parisiense. Tal necessidade "leva o usuário a se manter como que 'na defesa', no interior de códigos sociais precisos, todos centrados em torno do fato do reconhecimento, nesta espécie de coletividade"<sup>48</sup>. Ele utiliza a noção de "conveniência" para definir esta necessidade de reconhecimento social que se estabelece na prática do lugar como

Uma convenção tácita, não escrita, mas legível por todos os usuários através dos códigos de linguagem e do comportamento. Toda submissão a esses códigos, bem como toda transgressão, constitui imediatamente objeto de comentários: existe uma norma, e ela é mesmo bastante pesada para realizar o jogo da exclusão social em face dos 'excêntricos', as pessoas que 'não são/fazem como todos nós'. Inversamente, é ela a manifestação de um contrato que tem uma contrapartida positiva: possibilitar a coexistência de parceiros, a priori 'não ligados'. Um contrato, portanto, uma 'coerção' que obriga cada um para que a vida do 'coletivo' público seja possível para todos.<sup>49</sup>

---

<sup>47</sup> GEERTZ, op. cit., p. 57.

<sup>48</sup> MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre (orgs.). **A invenção do cotidiano 2 - Morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 46.

<sup>49</sup> Ibid., p. 47.

A vivência nesta coletividade, buscando o reconhecimento social, significa, portanto, aderir ao seu sistema de valores e desempenhar comportamentos para cumprir o papel social que foi designado pelo grupo. A conveniência é, assim, "um gerenciamento simbólico da face pública de cada um de nós desde que nos achamos na rua"<sup>50</sup>. Ela engendra de forma simultânea a maneira com que se é percebido pelos outros e um meio de se obrigar à submissão pela regulação interna que se desenvolve no sujeito, ditando comportamentos adquiridos por herança, seja afetiva, política ou econômica. Os usuários obedecem às regras sem necessariamente dar-se conta disso, pois o padrão está internalizado e, para obter o reconhecimento da coletividade e aproveitar-se das relações sociais profundamente marcadas pela personalidade, não se deve transgredir as regras culturais, "não se pode causar falatório na cidade".

Michel de Certeau destaca a riqueza dos relatos das experiências dos sujeitos em relação ao espaço. Este autor considera que, no momento em que uma pessoa transforma sua experiência em relato, já está filtrando e estabelecendo ligações com o universo cultural que lhe está internalizado. Relata que "esses comportamentos de relato, oferecem portanto um campo muito rico à análise da espacialidade. [...] O relato tem papel decisivo. Sem dúvida 'descreve'. Mas 'toda descrição é mais que uma fixação', é 'um ato culturalmente criador' "<sup>51</sup>. Neste sentido, observa-se que mesmo nas pequenas cidades, com uma estrutura material simples, seus habitantes percebem sua diferenciação interna, mantêm diferentes comportamentos e relações dependendo do lugar onde estejam. É comum os habitantes dos bairros utilizarem-se de expressões como "vou subir para a cidade", quando vão se deslocar de seu espaço de vizinhança em direção à área central. Esta expressão não está associada a uma diferenciação topográfica e tampouco encontram-se fora do perímetro considerado urbano. O fato de "subir" denota o reconhecimento de uma hierarquia social, e a "cidade" está relacionada com a percepção de que, na área central, desenrolam-se relações diferenciadas daquelas desenvolvidas na vizinhança do bairro, muitas vezes compostas por uma população com forte tradição rural.

É na área central destas cidades que estão localizados os serviços públicos, o comércio, o sistema judiciário e o religioso. Há, nesse local, uma convivência de dois códigos, "um moderno e igualitário - pelo qual

---

<sup>50</sup> MAYOL, op. cit., p. 49.

<sup>51</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 208.

somos 'indivíduos', seres autônomos, iguais perante a lei e o Estado; e outro tradicional e hierárquico - pelo qual somos pessoas, seres relacionais, com prerrogativas dadas por lugares ocupados em determinados segmentos da sociedade e do espaço onde vivem"<sup>52</sup>. Contudo, a coexistência e imbricação entre estes códigos são marcadas pela supremacia de uma noção sobre a outra e, na pequena cidade, embora haja os sistemas burocráticos a serem obedecidos, as relações sociais são marcadas pela personalidade. Em qualquer ponto comercial ou repartição pública em que se esteja, "se sabe com quem está falando". As práticas que se desenrolam são entre pessoas, e não entre indivíduos, que são sempre identificadas com particularidades, reconhecidas e localizadas social e espacialmente.

Os indivíduos, segundo Gilberto Velho, "transitam entre os domínios do trabalho, do lazer, do sagrado, etc, com passagens às vezes quase imperceptíveis. Estão na interseção de diferentes mundos. Podem a qualquer momento transitar de um para o outro, em função de um código relevante para suas existências"<sup>53</sup>. Esta possibilidade de desempenho de diferentes "papéis sociais" em meios distintos é facultada pelo relativo anonimato, característico das metrópoles. Na pequena cidade, embora também se desempenhem diferentes papéis, o anonimato é impossível, e a personalidade impera nos comportamentos dos indivíduos. Assim, as relações de caráter formal são entrelaçadas com relações de afetividade, parentesco e respeito, gerando uma confiança estabelecida em regras e códigos relacionados a uma ética específica: a da "conveniência". Os negócios, por exemplo, são estabelecidos com base na confiança pessoal e as regras não são quebradas, justamente porque quem as infringe está também sujeito a perder os ganhos do capital relacional.

A pequena cidade também abriga grupos heterogêneos do ponto de vista de sua origem étnica, sexo, idade, procedência, linhagens, crenças e ofícios. "Nenhuma sociedade é monolítica culturalmente, sempre apresentando planos e dimensões diferenciadas em função de seu modo singular de construção da realidade"<sup>54</sup>. Os vários grupos que compõem a sociedade entram em conflito, fazem alianças, nas quais reconhecem, de alguma forma, interesses e valores diferentes através de

---

<sup>52</sup> PRADO, op. cit., p. 35.

<sup>53</sup> VELHO, A *utopia urbana...*, p. 37.

<sup>54</sup> VELHO, *Unidade e fragmentação...*, p. 38.

suas experiências. Desse modo, estão constantemente negociando em sua realidade social, sua rede de significados.

Para Immanuel Wallerstein há, para cada grupo, um universo cultural distinto e, ao mesmo tempo, cada um deles participa de muitas culturas<sup>55</sup>. Ou seja, dependendo do recorte social que se faz, e se tais grupos se apropriam de determinados espaços da cidade, mesmo que de maneira temporária, podem-se reconhecer territorialidades urbanas também nas pequenas cidades.

Se "todo mundo se conhece" e tal reconhecimento torna o controle social mais rígido, reconhecem-se também as diferenças internas de cada grupo social e o lugar de cada um na estrutura social e espacial da cidade. Portanto, considerando-se o conceito proposto por Werther Holzer que define o território como um conjunto de lugares, onde se desenvolvem laços afetivos e de identidade cultural de um determinado grupo social, independente de ser ou não um espaço fechado, é possível sustentar a existência de territorialidades nas pequenas cidades. É importante lembrar que, para este autor, "a territorialidade é melhor compreendida através das relações sociais e culturais que o grupo mantém com esta trama de lugares e itinerários que constituem o seu território"<sup>56</sup>.

Neste sentido, cada recorte social, ou de grupo que tiver uma identidade (uma história comum), representado por instituições (formais ou informais) e que possua espaços próprios de socialização, constitui um território. José Guilherme C. Magnani utiliza-se do termo "pedaço" para verificar o estabelecimento e reforço de laços de sociabilidade, diferenciando os "que fazem parte do pedaço" e os indivíduos que não participam da mesma rede de socialização, "os que estão fora do pedaço", e considera que o estabelecimento dos "pedaços" é uma forma de sociabilidade e de apropriação do espaço<sup>57</sup>.

Para a verificação da constituição dos territórios é necessário observar as práticas sociais, os códigos e a formação de redes. É preciso "identificar marcos, reconhecer divisas, anotar pontos de intersecção - a partir não apenas da presença ou ausência de equipamentos e estruturas

---

<sup>55</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. Cultura como campo de batalha ideológico do sistema mundial moderno. In: FEATHERSTONE, Mike (org.). **Cultura Global**. Petrópolis: Vozes, 1998.

<sup>56</sup> HOLZER, op. cit., 83-84.

<sup>57</sup> Cf. MAGNANI, José Guilherme C.. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de Lucca (orgs.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: EDUSP, 1996.

físicas, mas desses elementos em relação com a prática cotidiana daqueles que de uma forma ou outra usam o espaço: os atores"<sup>58</sup>.

As práticas desenvolvidas pelos grupos podem estar em espaços de múltiplos usos, porque os sentidos que lhes são habituais podem mudar dependendo da hora do dia e da prática de seus usuários. "Na realidade são as práticas sociais que dão significado ou ressignificam tais espaços, através de uma lógica que opera com muitos eixos de significação: casa/rua; masculino/feminino; sagrado/profano; público/privado; trabalho/lazer e assim por diante"<sup>59</sup>.

Na praça central de uma pequena cidade "onde tudo acontece" (na visão dos seus habitantes), estão localizadas as residências da elite local, onde formam "redes de prestígio" com integrantes de um determinado estrato social que não necessariamente possuem poder econômico, mas concentram as famílias tradicionais. Esse mesmo local pode servir de espaços de socialização de jovens no domingo à noite, ou ainda a realização das festas religiosas congregando várias classes de renda, unidas pela crença religiosa. Assim, a apropriação do espaço é determinada pelas relações que se estabelecem entre seus membros, pelo manejo de símbolos e códigos comuns.

A ligação entre os lugares vividos e experienciados através da socialização é efetivada pelos trajetos que as pessoas utilizam em seu deslocamento, ou aos itinerários, como denomina Werther Holzer, que seguem também uma lógica ditada por sistemas de compatibilidade. A escolha dos caminhos a que se refere Kevin Lynch reforça o significado que seus habitantes têm de seu espaço, representando escolhas não aleatórias, mesmo que sejam inconscientes<sup>60</sup>. Tais trajetos, através dos quais os sujeitos observam e apreendem a cidade e criam sua imagem, são percorridos reforçando os laços de sociabilidade, pois propiciam o encontro de amigos "mais chegados" que param nos bares ou casas comerciais por exemplo, exercitando os códigos da conveniência descritos por Pierre Mayol. Assim, "caminhando, estamos no mundo, encontramos num lugar específico e, ao caminhar nesse espaço, tornamo-lo um lugar, uma moradia ou um território, uma habitação com um nome"<sup>61</sup>.

Numa pequena cidade, de qualquer ponto mais alto, a vista alcança seus limites. Mesmo assim, a diversidade está presente. Para

---

<sup>58</sup> Ibid. p. 38.

<sup>59</sup> Ibid. p. 39.

<sup>60</sup> Cf. LYNCH, Kevin. **La imagen de la ciudad.** Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1974.

<sup>61</sup> HILLMAN, James. **Cidade & alma.** São Paulo: Studio Nobel, 1993.

Kevin Lynch os bairros apresentam um caráter comum que estabelece uma identificação aos habitantes da cidade. Esta identificação não é, muitas vezes, perceptível aos olhos de um visitante, mas é reconhecida mentalmente pelas pessoas que habitam na mesma cidade. A identificação dos bairros depende não apenas dos indivíduos (de dentro), mas também de como o restante da cidade os vêem. É comum a identificação de bairros pelos códigos de valores que possuem, por exemplo, áreas com fortes tradições rurais são denominadas como o bairro do "povo da roça", sendo consideradas mais "caipiras" que as outras, ou então de "gente de briga", pelos incidentes e contravenções presentes no local, ou as de "gente séria", como áreas habitadas por alguns grupos étnicos, ou ainda de "gente pão-dura", as áreas habitadas pelos metodistas, como demonstra o trabalho de Rosane Manhães Prado.

As categorias lugares e itinerários são formas de uso e apropriação do espaço que constituem chaves para leitura, entendimento e orientação na cidade. Ao se inscreverem pontos socialmente reconhecidos como relevantes na dinâmica social, aponta-se como referência para as práticas que compõem o cotidiano.

A composição das *redes de prestígio social* está intimamente associada a formação de grupos, podendo ser formais ou não e com a possibilidade de desempenhar funções coesivas ou desagregadoras. Na pequena cidade, tais grupos se estabelecem para manter uma distinção social. Noel P. Gist e L. A. Halbert<sup>62</sup>, em *A cidade e o Homem*, comentam que estes grupos formam associações para servir de instrumento de controle social impondo padrões de conduta aos membros individuais. São grupos formadores de opinião pública que fornecem proteção contra forasteiros e suscitam nos membros individuais um sentimento de segurança pessoal baseado na aceitação social dentro de um círculo íntimo. A formalidade de tais grupos tende a ser relativizada na pequena cidade, onde o domínio da personalidade é marcante. Seus integrantes freqüentam lugares próprios, aqueles que podem reforçar seus laços de prestígio. Numa sociedade de poucos indivíduos, esses lugares são fechados e cada membro controla quem deve ou não participar dele.

Ao atentar-se para a lógica que compõe as relações sociais de determinadas localidades, podem-se encontrar justificativas para o sucesso ou não de empreendimentos comerciais. Interessante observar o sucesso da promoção imobiliária na cidade de Guarapuava nos anos 50 e

---

<sup>62</sup> GIST, Noel P.; HALBERT, L. A. **A cidade e o homem**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

60 que era fundamentalmente baseada nos códigos de confiança pessoal, com base "no fio do bigode". A produção do espaço e sua apropriação por aqueles promotores imobiliários demonstram que suas práticas, fundamentadas naquela lógica, correspondia aos códigos simbólicos presentes naquela sociedade. Outro exemplo interessante é o caso recentemente ocorrido na cidade de Telêmaco Borba. O único supermercado a modernizar-se na cidade, utilizando-se de assessoria de empresários da capital do Estado não obteve sucesso e decretou falência. Os habitantes locais gostaram da modernização e da maior variedade dos produtos oferecidos; contudo, as práticas comerciais utilizadas infringiram as relações de *conveniência*, não sendo aceitas pela sociedade local. Foram eliminadas as práticas baseadas na confiança pessoal, como o "caderno", onde se anotavam as compras dos consumidores que eram resgatadas ao final de cada mês, bem como a troca de cheques. Houve, neste sentido, um conflito entre a lógica empresarial, formal e impessoal, característica das grandes cidades, e a lógica local, ainda baseada nas relações de confiança pessoal. Os habitantes locais, que mantinham relações pessoais com o dono do supermercado, sentiam-se moralmente ofendidos pela falta de crédito, anteriormente baseado nos códigos de confiança pessoal.

Apesar da predominância da pessoalidade nas relações sociais na pequena cidade, trata-se também de uma sociedade complexa, dividida em classes e que comporta inúmeros universos alternativos, como por exemplo, diferentes religiões, pertencas políticas ou tradições étnicas que, ao se apropriarem do espaço, podem constituir, portanto, territórios próprios. Tal sociedade não é fechada e, com a crescente ampliação dos sistemas de comunicação e a interação com outros espaços, há a conseqüente modificação de seus padrões sociais. As territorialidades instituídas por determinados códigos culturais podem ser substituídas por outras, originadas por lógicas distintas e por um novo universo cultural. Ao pesquisador cabe identificar os códigos que podem sobrepor-se, justapor-se ou entrarem em conflito, constituindo, assim, novas territorialidades. É necessário, portanto, desenvolver na ciência geográfica um instrumental metodológico que permita a identificação e o manejo da subjetividade que envolve a produção do espaço.

### **Considerações finais**

Iniciou-se este ensaio com o objetivo de compreender a maneira pela qual a cultura se expressa em territorialidades nas pequenas cidades.



Entendendo cultura como uma construção social que institui mecanismos de controle para determinar a reprodução das relações, optou-se em dar atenção ao elemento fundamental que impera nas práticas cotidianas da pequena cidade: a pessoalidade.

Para tanto, privilegiou-se a definição de Werther Holzer que considera que as territorialidades podem ser também compreendidas através de relações sociais e culturais que um grupo mantém, através de suas experiências com os lugares.

Constatou-se que a aparente simplicidade e a falta de dinamismo da forma das pequenas cidades mascara as relações complexas que imperam em tal espaço, adquirindo sentido apenas quando se entendem os códigos que as sustentam e lhes dão sentido particular.

Assim como a cultura é constantemente reconstruída a partir das diferentes experiências dos sujeitos ou grupos, as territorialidades instituídas a partir dos espaços vividos estão permanentemente se modificando, dependendo da perspectiva e do acionamento dos códigos simbólicos que as caracterizam.

Neste sentido, para contemplar a cultura e as territorialidades urbanas, a geografia deve atentar-se para a subjetividade que compõe a produção material do espaço. É no desenrolar da vida cotidiana que podemos compreender as divergências, as transgressões, ou a obediência à ordem imposta, interpretando, enfim, as relações sociais que dão conteúdo ao espaço geográfico.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ABREU, Maurício de Almeida. Estudos geográficos da cidade no Brasil: evolução e avaliação (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). **Revista brasileira de geografia**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1/4, jan. / dez. 1994.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CASTORIADIS, Cornélius. A instituição da sociedade e da religião. In: CASTORIADIS, Cornélius (org) **Os destinos do totalitarismo & outros escritos**. Porto Alegre: L & PM, 1985.
- CASTORIADIS, Cornélius. A criação histórica e a instituição da sociedade. In: CASTORIADIS, Cornélius et all. (org.). **A criação histórica**. Porto Alegre: Artes Ofícios, 1992.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1988.
- COSGROVE, Denis E.. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDHAL, Zeny (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1998.
- COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. **Espaço e cultura**. Rio de Janeiro, n. 5, dez. 1998.
- DUNCAN, James; DUNCAN, Nancy. Reconceptualizing the idea of culture in geography: a reply to Don Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**, London, v. 21, n. 3, 1996.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIST, Noel P.; HALBERT, L. A. **A cidade e o homem**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- GUATARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço & debates**, São Paulo, ano V, n. 16, 1985.
- GUATARI Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- HAESBAERT, Rogério. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração "gaúcha" no Brasil. **Território**, Rio de Janeiro, ano III, n. 4, jan.-jun. 1998.
- HILLMAN, James. **Cidade & alma**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, Rio de Janeiro, ano II, n. 3, jul. / dez. 1997.
- JACKSON, Peter. The idea of culture: a response to Don Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**, London, v. 21, n. 3, 1996.
- LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1971.
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- LYNCH, Kevin. **La imagen de la ciudad**. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1974.
- MACHADO, Mônica Sampaio. A territorialidade pentecostal: uma contribuição à dimensão territorial da religião. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 4, dez. 1997.
- MAGNANI, José Guilherme C.. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de Lucca (org.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre (orgs.). **A invenção do cotidiano 2 - Morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PRADO, Rosane Manhães. Cidade pequena: paraíso e inferno da personalidade. **Cadernos de antropologia e imagem**, Rio de Janeiro n. 1, 1995.
- RAFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Miguel Angelo Campos; MATTOS, Rogério Botelho de. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. **Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jul./dez. 1996.
- RONCAYOLO, Marcel. Território. In: **Enciclopédia Einaldi: região**. Porto: Imprensa nacional- Casa da Moeda, v.8., 1986.
- SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SAUER, Carl O.. Geografia cultural. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n. 3, dez. 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias et. al (org): **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. As drogas e a 'questão urbana' no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos: In: CASTRO, Iná Elias de et. al. (org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

VELHO, Gilberto. Unidade e fragmentação em sociedades complexas. In: VELHO, Gilberto; VELHO Otávio (orgs.). **Dois conferências**. Rio de Janeiro: Câmara de estudos avançados/FCC/UFRJ, 1992.

WALLERSTEIN, Immanuel. Cultura como campo de batalha ideológico do sistema mundial moderno. In: FEATHERSTONE, Mike (org.). **Cultura Global**. Petrópolis: Vozes, 1998.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

Y-FU-TUAN. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

## RESUMO

**Cultura e Territorialidades Urbanas  
Uma abordagem da pequena cidade**

Este artigo discute a maneira como a cultura se expressa em territorialidades nas pequenas cidades, dando ênfase à discussão da personalidade como um dos elementos marcantes das relações sociais e práticas cotidianas desses espaços, atribuindo-lhe sentido particular.

**Palavras-Chave:** Território, personalidade, cidades de pequeno porte.

## ABSTRACT

**Culture and Urban Territoriality  
A small city approach**

This article discusses the way the culture expresses itself upon territoriality in small cities, emphasising the debate of personality as one of the remarkable elements of social relationships and daily practices of these spaces, ascribing a particular meaning to it.

**Key words:** territory; personality; small cities.

**Revista de História Regional 5(2):9-37. Inverno 2000.**